

Encontro quer uniformizar procedimento em crimes de lavagem

Um grupo de cinco juízes federais especializadas no combate a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de dinheiro está reunido nesta segunda-feira (7/6) com os ministros do Superior Tribunal de Justiça, Ari Pargendler e Gilson Dipp. O objetivo do encontro é elaborar um manual que uniformize os procedimentos das varas para o processamento de tais crimes.

A reunião acontece na Coordenação-Geral da Justiça Federal, na sede do Conselho da Justiça Federal. Pargendler é coordenador-geral da Justiça Federal e Dipp representa a Justiça Federal no Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, que funciona junto ao Ministério da Justiça.

“Como se trata do processamento de crimes altamente complexos, que envolvem alta tecnologia, as varas federais criminais enfrentam dificuldades de ordem procedimental. As investigações são normalmente complexas, dependem de provas periciais bem feitas. Nosso objetivo é buscar uma uniformidade de procedimentos visando à eficácia no processamento desses crimes”, disse Dipp.

A especialização, que já chegou a 13 varas federais, foi sugerida por um grupo de estudos formado no Conselho da Justiça Federal, sob a presidência do ministro Gilson Dipp. O conselho é formado por representantes de instituições envolvidas no combate a crimes contra o Sistema Financeiro e lavagem de dinheiro, como a Justiça Federal, o Ministério Público, o Coaf, a Polícia Federal, a Receita Federal, o Banco Central e a Febraban.

“O Brasil é o primeiro país no mundo a ter varas especializadas no processamento e julgamento de crimes contra o Sistema Financeiro e lavagem de dinheiro. É um passo adiante”, afirma Dipp. Ele esclarece que a reunião desta segunda é mais um avanço no sentido de conferir unidade de procedimentos entre as cinco Regiões da Justiça Federal. “Queremos uniformizar as resoluções dos Tribunais Regionais Federais para que eles tenham uma mesma orientação, de modo que os trabalhos não fiquem dispersos”, disse o ministro.

Gilson Dipp também defende outras medidas para aperfeiçoar a especialização das varas, sendo a principal delas a de conferir a mesma especialização ao Ministério Público. “Precisamos de um procurador que fique vinculado àquele processo e não que vários procuradores, às vezes até com um entendimento diverso, oficiem perante o juiz”.

Ele propõe, ainda, que a distribuição processual nas varas especializadas seja diferenciada, uma vez que os processos dessa natureza têm um grau maior de complexidade. Procedimentos como os pedidos de quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico, segundo o ministro, devem ter uma resposta mais rápida. “Precisamos ter a cooperação de outros órgãos envolvidos, como o Banco Central, a Receita Federal e o Ministério da Justiça”.

Ele alertou, ainda, para o cuidado que as instituições envolvidas devem ter em não deixar que crimes de alta complexidade sofram excessiva demora na sua apuração e acabem prescrevendo. “Prescrição é sinônimo de impunidade. Temos que mudar a nossa cultura, para que, ao iniciar o inquérito judicial, as provas já sejam feitas antecipadamente, a perícia técnica já esteja delineada, para que o Ministério

Público possa oferecer uma denúncia eficaz e o juiz possa receber essa denúncia e fazer um processamento e julgamento do feito em tempo hábil”.

Date Created

07/06/2004